

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O PROJETO EDUCACIONAL AUTORITÁRIO DO ESCOLA SEM PARTIDO E OS ATAQUES AO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

Crystiane A. Cavalcante; Fabrícia do Nascimento Silva de Oliveira; Jonathan Ferreira Ribeiro; Vanessa Rodrigues de Souza

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cryscavalcante@gmail.com ; fabriciansilva@yahoo.com.br ; ijohjol_sud@yahoo.com.br ; vanessarodrigues_tur@hotmail.com

Resumo: O presente estudo objetiva analisar a relação entre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a ameaça ao desenvolvimento de qualquer projeto de educação emancipadora nas escolas, sobretudo públicas, a qual o movimento Escola Sem Partido simboliza, especialmente, no que se refere aos ataques à obra de Paulo Freire. Nesse sentido, a escolha da temática se deve ao recente destaque que o Movimento Escola sem Partido tem recebido na sociedade e o crescente apoio auferido entre os setores conservadores da população, na forma de discurso de ódio contra os educadores, contra o pensamento progressista e contra a concepção de educação democrática. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Para isso, o artigo está estruturado de acordo com a seguinte organização: 1) Considerações sobre a EJA, com uma breve contextualização da Educação de Jovens e Adultos nas últimas décadas; 2) Contribuições de Paulo Freire, sobre as influências do legado freiriano para a prática educativa; 3) Escola sem partido e educação opressora, apresenta a análise do Escola Sem Partido enquanto projeto educacional antidemocrático e 4) Libertadora Educação x Escola sem Partido, onde se destaca a luta dos educadores em defesa da educação pública emancipatória.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Paulo Freire; Escola sem Partido; Educação Libertadora; Educação Emancipatória.

Introdução

O presente estudo objetiva analisar a relação entre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a ameaça ao desenvolvimento de qualquer projeto de educação emancipadora nas escolas, sobretudo públicas, a qual o movimento Escola Sem Partido simboliza, especialmente, no que se refere aos ataques à obra de Paulo Freire. Nesse sentido, a escolha da temática se deve ao recente destaque que o Movimento Escola sem Partido tem recebido na sociedade e o crescente apoio auferido entre os setores conservadores da população, na forma de discurso de ódio contra os educadores, contra o pensamento progressista e contra a concepção de educação democrática. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Para isso, o artigo está estruturado na seguinte organização: 1) Considerações sobre a EJA, com uma breve contextualização da Educação de Jovens e Adultos nas últimas décadas; 2) Contribuições de Paulo Freire, sobre as influências do legado freiriano para a prática educativa; 3) Escola sem partido e educação opressora, apresenta a análise do Escola Sem Partido enquanto projeto educacional antidemocrático e 4) Libertadora Educação x Escola sem Partido, onde se destaca a luta dos educadores em defesa da educação pública emancipatória.

Considerações sobre a EJA

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexões que inevitavelmente transborda os limites da escolarização tradicional apenas pautadas por entre os muros das escolas. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas a cultura, a territorialidade, o conhecimento empírico, gênero e raça no desenvolvimento comunitário, a formação política e inúmeras questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. (DI PIERRO, JOIA & RIBEIRO, 2001, p.58).

Nos movimentos de EJA as demandas têm sido representadas pelos milhões de brasileiros que foram excluídos de processos mais amplos de participação social, do direito previsto no artigo 205 da Constituição do Brasil (1988): “... a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além disso, há um amparo legal específico que está formalizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), Capítulo II, Seção V, da Educação de Jovens e Adultos, artigo 37 e 38. O artigo 37 prevê que a modalidade de educação “será destinadas àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. O artigo 38 institui que “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”. Os parágrafos dos artigos em questão enfatizam a responsabilidade dos sistemas de ensino e do poder público viabilizarem as oportunidades de acesso e permanência de jovens e adultos nas escolas mediante ações integradas e complementares entre si.

Entende-se que no Brasil, a EJA é uma modalidade de ensino com demandas sociais e atende a uma população excluída historicamente pela sociedade e que é marcada pela diversidade. Di Pierro (2005) identifica como um processo de “redefinição da identidade e das políticas de EJA no Brasil”, que tem despertado a atenção e desencadeado a realização de estudos sobre juventude, gênero, especificidades do campo e, com menor intensidade, sobre a condição étnico-racial, sobre as necessidades educacionais especiais e sobre identidades e práticas religiosas.

Por outro lado, é notório que em toda trajetória dessa modalidade, o poder público sempre a considerou como “uma educação de segunda classe” (VENTURA, 2001) e o seu público, pertencente às camadas mais expropriadas da classe trabalhadora, nunca teve a devida atenção

e as condições necessárias para o acesso e a permanência na Educação Básica.

Ao longo da história da Educação de Jovens e Adultos destaca-se os aspectos no âmbito do discurso do direito à educação. Tensões, contradições e conflitos entre os movimentos sociais e o Estado (FÁVERO, 2001e HADDAD, 2006), se usa a recorrente afirmação de que as políticas de EJA se constituíram enquanto políticas de governo, não tendo nenhuma legislação que as tratou como política de Estado. Por isso, para Fávero, as políticas não têm permanecido como direito garantido. Tal perspectiva é perceptível ao se analisar os percursos e trajetórias da EJA no Brasil.

Partindo da análise das principais ações políticas e práticas na educação de adultos no Brasil, percebe-se que a EJA começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil de forma sistemática a partir da década de 30, quando foi implementado um sistema público de educação elementar no país. A ampliação das ofertas de ensino, a atribuição de responsabilidades aos estados e municípios, impulsionadas pelo governo federal, originaram esforços articulados, em âmbito nacional, para inclusão de jovens e adultos ao ensino elementar, sem, no entanto, considerar especificidades das faixas etárias e experiências vividas pelos educandos.

Nesse sentido, a definição da identidade da educação de jovens e adultos voltada para a alfabetização e a redução espaço temporal do período de curso começou tomar forma, na década de 40, com a campanha de Educação de Adultos lançada em 1947. Segundo Fávero (2011), a campanha de Educação de Adultos de 1947 foi lançada pelo Governo Federal no mesmo ano com a Campanha de Educação de Adultos com o objetivo de possibilitar à população adulta analfabeta o direito à escolarização básica.

Outro aspecto da CF de 1946 diz respeito a reforma do ensino primário, atribuindo aos estados e municípios a responsabilidade principal pela criação e manutenção da rede de ensino. Na concepção de Di Pierro (2001), a Campanha de 1947 instaurou no Brasil um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo, porém, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, muito menos um paradigma pedagógico próprio para essa modalidade de ensino. Essa proposta específica ocorreu no início dos anos 60, quando o trabalho do educador Paulo Freire passou influenciar experiências diversas de educação de adultos por distintos sujeitos, com graus variados de ligação com o aparato governamental.

No entanto, o governo militar assumira controle sobre a alfabetização de adultos que na época contemplava sujeitos de faixa etária de 15 a 30 anos.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL foi um movimento que surgiu em plena ditadura militar sobre a lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967. De acordo com Fávero (2011), o movimento é conhecido na história da educação brasileira, embora a produção sobre ele seja pequena para as pesquisas acadêmicas. Com total apoio dos governos militares, recebendo recursos dos empresários e transferências consideráveis da Loteria Esportiva, foi a campanha de alfabetização que mais recebeu recursos financeiros e permitiu à época a produção de um farto material didático, focado na centralização do plano nacional e investimentos na formação de pessoal. Ribeiro (1992), afirma que o movimento teve um indicador um público bastante jovem e para esse dado a pesquisadora fez um estudo e constatou que mais da metade dos estudantes matriculados no Mobreal tinham menos de 20 anos de idade. Com isso, a herança que o movimento deixou foi uma interpretação pejorativa que se referia aos não escolarizados.

Os movimentos mais recentes da EJA foram incentivados pelas ações da década de 60, na fonte inspiradora do movimento de educação popular liderado por Paulo Freire. A tradição freiriana ainda se mantém no reconhecimento do universo cultural e da experiência do alfabetizando em processo educativo. Para Freire (1998), uma escola que porque ensina reflete, porque reflete politiza e porque politiza insere a pessoa no mundo e em suas circunstâncias, não apenas para que viva na mesma, mas, sobretudo para que construa e transforme. Portanto, o processo de ensino e aprendizagem está diretamente interligado com o meio que o sujeito faz parte, as vidas concretas das pessoas importam e são de relevante importância para o estudo da realidade. Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem, concreto a quem queremos educar. (FREIRE, 1980, pp. 33-34).

Nesse sentido, quanto mais o ensino estiver envolvido pelas vivências e interesses desses educandos, mais significativo será o processo de aquisição da leitura, da escrita, do cálculo e de todos os outros conhecimentos curriculares. Isso requer uma resignificação das práticas pedagógicas, uma abordagem de ensino contextualizada e não infantilizada voltada especificamente para atender às demandas dos sujeitos dessa modalidade. Tais fatores demandam novos olhares por parte dos educadores da EJA. Ao olhar o público da EJA, é preciso pensar em sujeitos com histórias, vivências culturais e práticas diferentes que não tiveram a oportunidade de serem escolarizados no período considerado socialmente

“adequado” e que, a partir do processo histórico de exclusão, foram tolhidos de seu direito à educação.

Contribuições de Paulo Freire

Paulo Freire, patrono da educação brasileira, é reconhecido internacionalmente por suas ideias para o desenvolvimento de uma educação libertadora. A obra “pedagogia do oprimido” é o único livro de um brasileiro citado no projeto “Open Syllabus”, que lista os títulos mais pedidos nas universidades norte-americanas. O livro, segundo a coluna de Ancelmo Gois (2016), no “O Globo”, aparece na 99ª posição, ficando à frente de clássicos como “Rei Lear” de Shakespeare. Portanto, Paulo Freire é inegavelmente um nome de peso na literatura sobre educação, não apenas no Brasil, mas no mundo.

O autor defende veemente em suas obras, que a educação não pode ser neutra, sobretudo, a educação pública que contempla a maioria da população brasileira, e conseqüentemente, a grande parcela mais necessitada. É a partir dela que se inicia o processo de mudança por uma vida mais justa, igualitária e principalmente digna. A escola não deve formar um aluno acrítico, sobretudo ter um professor, sem questionamentos e indagações, aplicador passivo de atividades do material didático; e sim um ser autônomo, consciente do mundo a sua volta e ativo nesse ambiente, um cidadão pensante e atuante, transformador de sua realidade e de si próprio.

Freire se opunha ao que denominou de concepção bancária da educação, onde na prática "em lugar de comunicar-se, o educador faz 'comunicados' e depósitos que os educandos recebem pacientemente, memorizam e repetem. (...) Na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber" (FREIRE, 1987, p.58). Tal situação se opõe ao caráter problematizador da educação, atividade potencialmente transformadora da realidade social de opressão.

A educação para ser uma prática libertadora precisa ser pautada pela dialogicidade entre educadores e educandos. O diálogo em conjunto com a problematização constituem um possível caminho para promover, como diria Paulo Freire, uma “leitura de mundo”, a partir da reflexão sobre os processos históricos de exclusão social e acerca da realidade na qual estamos inseridos, visando transformá-la. Segundo ele, não existe educação neutra, educar é um ‘ato político’. Tal ação pode resultar num processo de domínio ou de liberdade entre os indivíduos.

O que deve ser destacado é a capacidade de simplesmente ouvir do educador, este precisa ter a sensibilidade de escutar seu educando sem soberba

ou ironia. Não é preciso dar voz a seu educando, isso ele tem, o que se faz preciso é dar oportunidade que essa voz invada a sala de aula e inunde os pensamentos de todos os sujeitos. Ouvir e entender a realidade do educando faz parte do processo de fala e escuta apresentado por Paulo Freire em sua obra, que aborda a dialogicidade como essência para uma educação libertadora que é uma comunicação expressa pelas palavras e ações dos sujeitos. A amplitude do diálogo é muito profunda e peculiar para o público que integra a EJA em um aspecto geral na discussão.

O diálogo com os sujeitos que compõe a EJA se faz necessário para compreendermos as suas especificidades. Freire (1987) aponta que a dialogicidade é um elemento de suma importância no processo educativo principalmente com os nossos pares, ou seja, quem está diretamente envolvido com a temática da educação. É de extrema importância ampliar nossas redes de debate na atual conjuntura solidificando nossas práticas e falas para que estas ultrapassem as salas de aulas. Essa interação não é monocentrada.

Em suma, Freire é um autor de relevância na área de educação em geral e, particularmente, no campo da EJA, é inegável sua contribuição para a epistemologia da educação, independentemente de se concordar ou não com seus pensamentos. As obras freirianas dialogam com a perspectiva de uma educação que permita olhar para o si, para o outro e para o mundo com menos ingenuidade, desenvolver o saber a partir do despertar crítico. Não se trata apenas de permitir o conhecimento de disciplinas com conteúdos pré-determinados, e sim desempenhar a vida na escola de forma cooperativa desenvolvendo tangíveis interpretações, perspectivas e críticas de própria vida e realidade do aluno e do professor em prol de um protagonismo ativo e transformador cooperativo. É esse protagonismo, esse pensamento, essa ação que a Escola sem Partido quer podar.

Escola sem partido e educação opressora

A empreitada coercitiva conhecida como Escola sem Partido, idealizada por Miguel Nagib, possui uma ironia como título, pelo menos essa é a interpretação mais cabível ao se analisar a iniciativa. Escola “sem” Partido, ou na verdade, Escola de Um Partido Único? Um partido radical de extrema direita cristão tradicional? Segundo o site do manifesto, a Escola sem Partido nada mais é que “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológico das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. A iniciativa atua através desse site-denúncia que promove as ideias do movimento, a esquematização de denúncias

e ações de monitoramento de atividades de professores para controle e punição de práticas indevidas. E que práticas indevidas seriam essas? Seria o cotidiano de uma escola pública no seu mais original sentido? Uma escola que prima a liberdade de expressão? O pensamento crítico-dialético? A pluralidade de ideias e ideologias? O benéfico debate entre sujeitos?

O apartidarismo do movimento se desconstrói a partir da análise de seus membros apoiadores e as ferrenhas críticas a pensadores como Freire e Gramsci. Em uma rápida pesquisa com o título “Escola sem Partido vs Escola Freiriana” no site de busca Google, são disponibilizados aproximadamente 237.000 resultados. Se escolher a opção imagens, diversos *memes* aparecem contra e a favor a iniciativa, muitos valorizando o legado de Freire frente ao movimento, tantos outros, ridicularizando o educador. O ataque constante a Freire e sua educação libertadora revelam a agenda explícita do movimento Escola sem Partido.

A ideia do ESP não é nova, data de 2004, mas ganha visibilidade recentemente, no atual contexto de polarização política e ofensiva de forças conservadoras. Na tentativa de ludibriar e angariar simpatizantes dos diversos setores da sociedade, o próprio nome “Escola sem partido” estabelece uma falsa dicotomia entre escola “com” ou “sem” partido, por meio da deturpação da função social da escola, pois na lógica dos defensores desse movimento, ao professor cabe somente ministrar aulas transmitindo os conteúdos de forma neutra (como se isso fosse possível).

Segundo Frigotto (2017, p.31) o Escola “sem” partido é o projeto de escola com um partido único, “partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia”.

Os projetos de lei inspirados na ideologia do Escola sem partido, propostos em diversos estados e municípios por políticos entusiastas desse movimento, vão de encontro à Constituição Federal e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pois ferem a autonomia docente e desrespeitam o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas presentes na legislação em vigor, propondo o cerceamento à liberdade de expressão dos professores. Cabe ressaltar que a palavra “gênero” foi excluída de diversos planos de educação em várias redes públicas de ensino. Tal movimento trava uma cruzada contra a suposta “doutrinação ideológica de esquerda” ou “doutrinação ideológica marxista” que estaria presente não só no discurso de educadores, mas em livros didáticos e materiais pedagógicos e combate principalmente a temida “ideologia de gênero” a qual colocaria em risco “a moral e os bons costumes da família tradicional brasileira”.

O movimento tem como uma de suas premissas o entendimento do aluno como “audiência cativa”, o qual deve ser protegido da influência de

professores mal-intencionados e por isso estimula a vigilância e a denúncia de estudantes e responsáveis aos órgãos públicos. Portanto, há uma tentativa de criminalização da profissão docente em curso, inclusive com o incentivo e a disponibilização de um modelo de notificação extrajudicial facilmente acessível no site.

Ao analisar o movimento Escola sem partido, Penna (2017) aborda quatro elementos: 1) A concepção de escolarização; 2) A desqualificação do professor; 3) Estratégias discursivas fascistas; 4) A defesa do poder total dos pais sobre os filhos. De acordo com o primeiro elemento, surge uma separação entre escolarização x educação, a primeira seria atribuição da escola e a segunda da família. Nessa divisão cabe à escola transmitir os conteúdos escolares de forma “neutra”, pois educar seria papel exclusivo das famílias ao transmitir seus próprios valores às gerações mais novas.

O elemento a seguir, trata da disputa teórico-filosófica sobre o papel do professor na escola, pois já que a escola não é lugar onde se educa, o papel docente se limita apenas ao de instrutor, em uma lógica neotecnicista que não leva em conta a realidade do aluno. O ato de ensinar se limita a uma relação entre alguém que está prestando um serviço e um consumidor, em uma relação mercadológica. O terceiro, se relaciona à desumanização do professor por meio de analogias voltadas à docência que consideram os educadores como uma “contaminação” a ser “desinfetada” do espaço escolar, pois trata-se de um “exército de militantes” a serviço de um grupo, que eles chamam de “petistas” ou “petralhas”. Assim, embora o Escola sem Partido se apresente como um movimento apartidário, notoriamente se coloca como opositor de pautas progressistas. Além disso, o movimento estimula a vigilância e a denúncia de alunos e responsáveis aos órgãos públicos.

Por último, considerando “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”, pretende proibir a discussão de gênero nas escolas e coloca em risco a legislação sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e indígena. Cabe ressaltar que pela ameaça que simboliza aos Direitos Humanos, o projeto foi denunciado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Além do discurso de ódio, na página do movimento na Internet é possível perceber que há diversas comparações entre a educação atual e a educação de antigamente (ou seja, a educação tradicional). Fato este que revela uma nostalgia a períodos em que as vozes de alunos e professores eram silenciadas e a educação era baseada na apreensão de conteúdos descontextualizados e/ou técnicos sem nenhuma relevância dada a realidade dos alunos, suas

experiências e reflexões e muito menos a pretensão da interação entre a escola e o mundo fora dela.

Educação Libertadora x Escola sem Partido

Freire afirma que a opressão é desumanização, e a desumanização impede que exerçamos legitimamente nossa liberdade. A partir do momento que se rompe a opressão, que ocorre a emancipação de estruturas e processos advindos da historicidade humana, supera-se limites impostos. Para que haja esse rompimento das práxis que inibem a liberdade humana, a capacidade de transformação pessoal e social que a própria cultura e história humana nos condiciona, o autor expõe que é preciso desenvolver uma educação que intervenha conscientemente em limites estruturais de situações opressoras.

Dessa forma, é preciso que haja mais humanidade na educação, menos opressão, desconfiança e coerção, pois independentemente do tempo e da sociedade, a escola expõe o comportamento humano e as relações sociais mundanas do ser. Seu papel é receber a todos e dialogar com todos sem distinção de valor, origem, credo ou gênero. O ser humano e sua vida em sociedade são temáticas sempre contemporâneas, genuinamente relevantes e irrefutavelmente saberes que devem estar em pauta nas escolas.

Assim, o pensamento freiriano demonstra variáveis que se revelam como promovedores de ideologias, objetivos e satisfação de interesses pré-definidos de uns, e ao mesmo tempo, imposições e inibições da liberdade de tantos outros. Contribuir para uma educação que rompa com as amarras sociais, em que sujeitos hajam por si sós, e/ou pela interferência do outro, e/ou de seu meio não é doutrinar. É uma questão de ética, de moral, de papel do educador. Aniquilar essa perspectiva é o real objetivo da iniciativa. E a concretização dessa meta não depende da aprovação do projeto em prefeituras, estados ou em nível federal. A desconfiança, o medo, a vigilância, o caos já foi lançado.

O consentimento e o apoio social de cidadãos independem de aprovação do projeto, não são atos institucionalizados. Eles estão aqui, eles atuam nos corredores da escola, no discurso de sujeitos repletos de preconceitos e intolerância, nas interpretações tendenciosas, no puro ódio ao que é divergente de suas opiniões. Por conseguinte, gradativamente, o clima de assédio moral ao professor se torna parte da vida escolar. O profissional de educação é desconstruído, é reduzido, é desfigurado. Não é permitido que o professor compactue para que os alunos sejam protagonistas de suas próprias vidas. Afinal, ele próprio não pode ser protagonista de sua própria prática. Essa agora cabe a outro narrar para que ele a reproduza sem espaço para licença poética.

Em suma, menospreza-se o papel de educador, valoriza-se o professor executor de material didático estritamente produzido e selecionado, segundo um grupo doutrinador que luta para que não haja doutrinação. Ou melhor, para que haja sim a doutrinação, a doutrinação deles. Dessa forma o “sem” do Escola sem Partido nunca foi tão “com”. Com certos valores, com certa doutrinação, com certo objetivo. Portanto, a atuação de um educador que construa uma interpretação conjunta que amplie a pluralidade de significados é preocupante. Do contrário, a doutrinação é criticada e abre-se espaço para uma leitura da realidade contextual do educando. Pensa-se em formar alunos que sejam autores de mudanças. Mudanças de seu próprio eu, do modo de ver o outro e o mundo a sua volta. Sujeitos conscientes de suas escolhas, e que entendem que sofrem as consequências destas. Independentemente do desfecho de suas escolhas, positivos ou não para eles, o ponto de relevância destacado é a luta desses para serem protagonistas de suas vidas e não mais os oprimidos, frutos da historicidade e práxis humana. Essa atitude e protagonismo transformador é o que Freire aponta como consequência de uma educação libertadora. E é o que a Escola Sem Partido abomina.

Considerações Finais

O acesso à educação e ao conhecimento é um direito legítimo, mas historicamente negado. É preciso fortalecer e melhor articular as lutas travadas em defesa da educação pública e de qualidade social, contra os cortes do governo, as precárias condições de trabalho e contra esse retrocesso que retalha toda e qualquer transformação social aprisionando a autonomia do professor bem como alienando o espaço escolar, conhecido como Escola Sem Partido.

Sabe-se que existem muitos desafios envolvendo a EJA, sobretudo, com as propostas do Movimento Escola sem partido, que ferem não apenas a Constituição Federal, mas também aos ideais dos educadores e educadoras que lutam diariamente pelo direito de propiciar à EJA uma educação de qualidade socialmente referenciada. Nas palavras de Paulo Freire: “Escola sem pensamento crítico, não é escola”. Logo, reintera-se que é preciso lutar pelos direitos já conquistados e impedir que propostas como o “Escola Sem Partido” venham frustrar o maior objetivo na construção de uma educação emancipatória: formar sujeitos críticos, capazes de refletir e agir na sociedade levando em consideração os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais, assumindo o protagonismo na luta por justiça social.

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram ‘fora de’. Sempre estiveram ‘dentro de’. Dentro da estrutura que os transforma em ‘seres para outro’. Sua solução, pois não está em ‘integrar-se’, em ‘incorporar-se’ a esta estrutura que os

oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se ‘seres para si’. (FREIRE, 2005, p. 70) O que encrava esse projeto de desmonte e críticas à educação libertadora é um retrocesso a dinâmica ensino-aprendizagem. Quer-se institucionalizar uma educação centralizada e verticalizada que se consiste em transmitir ao aluno meias verdades do cenário social, político e econômico disfarçados no véu da neutralidade ideológica, manipulando e negando ao educando o direito de se posicionar criticamente diante das ideologias que nunca vão deixar de existir, sempre imposta pelos dominadores.

O presente artigo corrobora com o pensamento de que discutir sobre a ameaça do Movimento Escola Sem Partido se faz preciso, não se pode subestimar a iniciativa por ser visivelmente institucional, coercitiva e ironicamente partidária. O Movimento é grande, repleto de adeptos conscientes da real agenda (o objetivo autoritário de silenciar sujeitos e processos educativos críticos e democráticos) e de outros não tão conscientes assim, mas que fortificam em números dando corpo e assim visibilidade para a causa. Relacionar e refletir criticamente as práticas educacionais freirianas e os ataques do projeto Escola Sem Partido, e a partir disso, pesquisar, elaborar e divulgar produções sobre a temática fomentando e socializando a discussão na sociedade é o caminho de contribuição que a academia deve traçar nessa empreitada de resistência à essa iniciativa tão reacionária-reducionista na área de Educação.

É verdade que o descaso dado a educação brasileira vivenciado nas últimas décadas e, especialmente, a negligência histórica relacionada ao acesso e à permanência do jovem, do adulto e do idoso no espaço escolar, cada vez mais, torna-se um obstáculo difícil de ser superado, sobretudo, frente ao atual cenário político de retirada de direitos e do congelamento de investimento público na área de educação. No entanto, apesar de toda a força contrária a educação pública de qualidade e a luta diária que é a vida do professor de rede pública, a classe de educadores não pode fraquejar ou desistir de seus valores, sua ética, seu papel social para se preservar de embates. Educar é um ato político sim! Educar no mundo atual é mais que um ato político, é suor, é luta. Diante de um contexto de um país que clama por mudanças de ordens socioeconômicas, políticas, educacionais; um país que clama por uma escola que não reproduza mais os privilégios de poucos em detrimento das necessidades de muitos. Não há espaço mais para um distanciamento da realidade social do aluno e da vida escolar. Escola é vida e não um preparo para ela. Em um mundo de conflitos, desigualdade, injustiças; é muito, egoísta, conivente e até mesmo hipócrita, assistir passivamente ao “show” do “status quo” vigente, aceitando a mordada, e sonhar com um país melhor.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. **Lei no 9394/96 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

<http://www.escolasempartido.org/>

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera M. Masagão. **Visão de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, no 55, novembro/2001

FÁVERO, Osmar. Políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. In: SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FREIRE, Paulo. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. In: FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez ; Moraes, 1980, p. 13-50.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio(org). **Escola sem Partido: esfinge que ameaça a educação**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GOES, Ancelmo. Livro de Paulo Freire é o único de um brasileiro entre os mais pedidos nas universidades dos EUA. **O Globo**, Rio, ano 2016, s/n, p. 1, 17 fev. 2016. Disponível em: < <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/livro-de-paulo-freire-e-o-unico-de-um-brasileiro-entre-os-mais-pedidos-nas-universidades-dos-eua.html>>. Acesso em: 30 Abr. 2018.

PENNA, Fernando. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Escola sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

RIBEIRO, Vera Masagão et al. **Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos**. Campina: Papyrus/Cedi, 1992.

VENTURA, Jaqueline Pereira. **A trajetória da educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**. In TIRIBA L.; CIAVATTA, M. (org.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Líber/Rio de Janeiro: Eduff, 2011.